



CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR: AUGUSTO NARDES

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Permite a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para pagamento de parte da mensalidade escolar de cursos de 2º e 3º graus.

DESPACHO:

13/jun/96: APENSE-SE AO PROJETO DE LEI 913/91

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO

04/07/96

APENSADOS

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

REGIME DE TRAMITAÇÃO

COMISSÃO	DATA ENTRADA
_____	____/____/____
_____	____/____/____
_____	____/____/____
_____	____/____/____
_____	____/____/____
_____	____/____/____

PRAZO/EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO
_____	____/____/____
_____	____/____/____
_____	____/____/____
_____	____/____/____
_____	____/____/____
_____	____/____/____

DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Comissão: _____
Em ____/____/____ Ass.: _____ Presidente _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Comissão: _____
Em ____/____/____ Ass.: _____ Presidente _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Comissão: _____
Em ____/____/____ Ass.: _____ Presidente _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Comissão: _____
Em ____/____/____ Ass.: _____ Presidente _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Comissão: _____
Em ____/____/____ Ass.: _____ Presidente _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Comissão: _____
Em ____/____/____ Ass.: _____ Presidente _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Comissão: _____
Em ____/____/____ Ass.: _____ Presidente _____

DE 1996

2.047

PROJETO DE LEI Nº

CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 2.047, DE 1996
(DO SR. AUGUSTO NARDES)

Permite a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para pagamento de parte da mensalidade escolar de cursos de 2º e 3º graus.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI 913/91)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apense-se ao PL. 913/91

Em 13/06/96

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 2074 DE 1996.

(Do Sr. Augusto Nardes)

Permite a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para pagamento de parte da mensalidade escolar de cursos de 2º e 3º grau.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigor acrescido do seguinte inciso XII:

"Art. 20

XII - pagamento de mensalidade escolar do trabalhador ou de seus dependentes matriculados em cursos de 2º ou 3º grau, nas mesmas condições do inciso V deste artigo."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A lei cujo texto se pretende alterar para permitir a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para pagamento de mensalidades



CÂMARA DOS DEPUTADOS



escolares de cursos de 2º e 3º grau já autoriza o recurso a esse numerário para várias outras finalidades, entre as quais está o pagamento da prestação da casa própria.

Ora, sendo o FGTS patrimônio do trabalhador, nada mais justo que dele se possa utilizar o seu titular para atender a necessidades básicas e vitais próprias e de sua família, como por exemplo a necessidade de moradia. Como admitir que se deixe ao relento ou residindo em condições sub-humanas o trabalhador e seus dependentes se a conta vinculada de seu FGTS contém recursos suficientes ao cumprimento de suas obrigações para com o Sistema Financeiro da Habitação - SFH?

Da mesma forma que a moradia condigna, a instrução do trabalhador e de seus dependentes constitui elemento vital e básico, máxime em tempos de drástica retração do mercado de trabalho, quando a qualificação de mão-de-obra se torna imperiosa.

Há que se levar em conta ainda a situação real em que se encontra o país: os salários, embora lentamente, mas sempre perdendo o poder aquisitivo: os serviços, também lentamente, mas sempre encarecendo.

Esperamos, assim, contar com o assentimento dos ilustres pares no sentido de que seja aprovado o projeto de lei que ora apresentamos.

Sala das Sessões, em 13 de 06 de 1996.


Deputado AUGUSTO NARDES

60380806.024

LEI Nº 8.036 - DE 11 DE MAIO DE 1990¹

*Dispõe sobre o Fundo de Garantia do
Tempo de Serviço e dá outras providências*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta
e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no
FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situa-
ções:

I - despedida sem justa causa, inclusive a
indireta, de culpa recíproca e de força maior, compro-
vada com pagamento dos valores de que trata o art.
18;

II - extinção total da empresa, fechamento de
quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agên-
cias, supressão de parte de suas atividades, ou ainda
falecimento do empregador individual sempre que
qualquer dessas ocorrências implique rescisão de
contrato de trabalho, comprovada por declaração es-
crita da empresa, suprida, quando for o caso, por
decisão judicial transitada em julgado;

III - aposentadoria concedida pela Previdência
Social;

IV - falecimento do trabalhador, sendo o saldo
pago a seus dependentes, para esse fim habilitados
perante a Previdência Social, segundo o critério ado-
tado para a concessão de pensões por morte. Na falta
de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo
da conta vinculada os seus sucessores previstos na
lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a re-
querimento do interessado, independente de inventá-
rio ou arrolamento;

V - pagamento de parte das prestações decor-
rentes de financiamento habitacional concedido no
âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH,
desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de três anos
de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empre-
sa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo,
durante o prazo de doze meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo,
oitenta por cento do montante da prestação;

VI - liquidação ou amortização extraordinária
do saldo devedor de financiamento imobiliário, obser-
vadas as condições estabelecidas pelo Conselho Cu-
rador, dentre elas a de que o financiamento seja
concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo
de dois anos para cada movimentação;

VII - pagamento total ou parcial do preço da
aquisição de moradia própria, observadas as seguin-
tes condições:

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de
três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na
mesma empresa ou empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições
vigentes para o SFH;

VIII - quando o trabalhador permanecer três
anos ininterruptos, a partir de 1º de junho de 1990,
fora do regime do FGTS, podendo o saque, nesse
caso, ser efetuado a partir do mês de aniversário do
titular da conta.

IX - extinção normal do contrato a termo, inclu-
sive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei
nº 6.019, de 3 de janeiro de 1979;

X - suspensão total do trabalho avulso por
período igual ou superior a noventa dias, comprovada
por declaração do sindicato representativo da catego-
ria profissional.

§ 1º A regulamentação das situações previstas
nos incisos I e II assegurará que a retirada a que faz
jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetua-
dos na conta vinculada durante o período de vigência
do último contrato de trabalho, acrescida de juros e
atualização monetária, deduzidos os saques.

§ 2º O Conselho Curador disciplinará o dispo-
sto no inciso V, visando a beneficiar os trabalhadores
de baixa renda e a preservar o equilíbrio financeiro do
FGTS.

§ 3º O direito de adquirir moradia com recursos
do FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido
para um único imóvel.

§ 4º O imóvel objeto de utilização do FGTS
somente poderá ser objeto de outra transação com
recursos do Fundo, na forma que vier a ser regula-
mentada pelo Conselho Curador.

§ 5º O pagamento da retirada após o período
previsto em regulamento, implicará atualização mo-
netária dos valores devidos.

XI - quando o trabalhador ou qualquer de seus
dependentes for acometido de neoplasia maligna.

- Inciso acrescido pela Lei nº 8.922, de 25 de
julho de 1994 (D.O. 26-07-1994).